

TERMO DE CONTRATO

PROCESSO:SAP-PRC-2023/16478
PREGÃO ELETRÔNICO: 010/2023
CONTRATO: 064/2023

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIARIA POR MEIO DO(A) PENITENCIARIA
DR. ANTONIO DE SOUZA NETO E LINK CARD
ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA
TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE
COMBUSTÍVEIS EM VEÍCULOS E OUTROS SERVIÇOS
PRESTADOS POR POSTOS CREDENCIADOS.

A **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA**, por intermédio da **PENITENCIARIA "DR ANTONIO DE SOUZA NETO" DE SOROCABA**, CNPJ **96.291.141/0029-80** doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representado pelo Senhor **OZERIO TADEU PEREIRA**, RG nº **21.599.887-X** e CPF nº **141.599.887-X**, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **12.039.966/0001-11**, com sede **RUA RUI BARBOSA 449, SALA 03, CENTRO, BURI/SP**, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **PATRICIA APARECIDA DE LIMA**, portadora do RG nº **45.339.029-8** e CPF nº **315.737.018-90**, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual nº 49.722/2005 e no

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZERIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

SIGA

regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis em veículos e outros serviços prestados por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis, compreendendo a distribuição de gasolina comum, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início em 02(dois) dias úteis a contar da data de expedição de ordem de serviços, observando o cronograma de implantação estabelecido no Termo de Referência, correndo por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

O contrato terá vigência de 15 (quinze) meses, a partir da data estabelecida para início dos serviços, em conformidade com a Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP – CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

PARÁGRAFO SEXTO

Não obstante o prazo estipulado no caput, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II - designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

X - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus profissionais durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

XV - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVI - submeter ao CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP – CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZERIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 67.301/2022.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe, além das obrigações e responsabilidades que lhe foram atribuídas pelo Termo de Referência (Anexo I), o seguinte:

- I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP – CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irreajustável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações, mesmo que seja negativo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLAUSULA OITAVA-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário de 2023, 2024, de classificação funcional programático 14421381361390000 e categoria econômica 339030.

PARAGRÁFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

Após o término de cada quinzena do mês, sendo que a primeira corresponde ao período do 1º ao 15º dia do mês, e a segunda ao período do 16º ao último dia do mês, a CONTRATADA deverá apresentar em relação à quinzena em referência um relatório analítico discriminando os abastecimentos, troca de óleos lubrificantes, filtros e demais serviços realizados no período.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As medições, para efeito de pagamento, serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

I. No primeiro dia útil subsequente à quinzena em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais quinzenais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados, contendo as seguintes informações:

- a) Identificação do posto credenciado (nome e endereço);
- b) Identificação do veículo (marca, tipo, prefixo e placa);
- c) Odômetro do veículo no momento do abastecimento ou serviço;
- d) Tipo de combustível;
- e) A data e hora da transação;
- f) Quantidade de litros;
- g) Valor da operação de abastecimento;
- h) Identificação do condutor (nome e registro funcional).

II. O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

III. Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, pela Taxa de Administração "T" (%) **3,67 (três vírgula sessenta e sete por cento negativo)** na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza.

b) A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo CONTRATANTE com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços na quinzena em referência constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, conforme fórmula abaixo:

$$Pq = \left(1 + \frac{T}{100} \right) \times G, \text{ onde:}$$

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

"Pg" = valor total do pagamento em uma determinada quinzena;

"T" = taxa de administração;

"G" = gastos incorridos pelo CONTRATANTE com o abastecimento e prestação de serviços da frota de veículos na quinzena.

IV. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou do negociado diretamente pelo CONTRATANTE com o posto credenciado.

V. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição quinzenal, comunicando à CONTRATADA, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório, o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura ao protocolo do CONTRATANTE, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

I.A CONTRATADA deverá emitir notas fiscais/faturas separadamente; a primeira detalhando o valor total dos combustíveis (gasolina), bem como o valor correspondente aos serviços de gerenciamento prestados no período

II. Os pagamentos das notas fiscais/faturas serão efetuados nos seguintes prazos:

- a) Referentes aos combustíveis serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do período quinzenal de execução dos serviços (Decreto Estadual nº 43.914/1999 alterado pelo Decreto Estadual nº 44.781/2000).
- b) Referentes aos óleos lubrificantes, filtros e demais serviços e do valor correspondente aos serviços de gerenciamento serão efetuados no prazo de 30 (trinta) dias, sempre contados a partir da data final do período quinzenal de execução dos serviços (Decreto Estadual nº 32.117/1990, com redação dada pelo Decreto Estadual nº 43.914/1999).
- c) A não observância do prazo previsto para apresentação das notas fiscais/faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, conta nº 92329-X, Agência nº 2857-6.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

O CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP – CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS", exclusivamente para o serviço de intermediação, ou seja, aquele referente ao valor de Taxa de Administração.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no Anexo IV do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP – CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - -- DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Sorocaba ____ de maio de 2023.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP – CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



SAPDCI2023157418A



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZÉRIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=72031863-105>

Secretaria da Administração Penitenciária
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba



PATRICIA
APARECIDA DE
LIMA:3157370
1890

Assinado de forma
digital por PATRICIA
APARECIDA DE
LIMA:31573701890
Dados: 2023.05.02
15:38:24 -03'00'

CONTRATANTE
OZERIO TADEU PEREIRA
RG: 21.599.887-X
CPF: 141.615.508-20

CONTRATADA
PATRICIA APARECIDA DE LIMA
RG: 45.339.029-8
CPF: 315.737.018-90

TESTEMUNHAS:

ISMAEL WENDELL DE ALMEIDA
FREITAS
RG: 41.020.662-3
CPF: 325.842.948-00

RODRIGO LUIZ LOPES
RG: 27.705.990-2
CPF: 277.510.368-50

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado
Penitenciária "Dr. Antônio de Souza Neto" de Sorocaba

Av. Dr. Antônio de Souza Neto, nº 100, Jardim Ouro Branco, SP - CEP 18087-210
Tel.: (15) 3225-3374



Assinado com senha por RODRIGO LUIZ LOPES - SETOR FINANÇAS / PIISOR-NFS - 03/05/2023 às 09:13:45, ISMAEL WENDELL ALMEIDA DE FREITAS - DIRETOR II DO CENTRO ADMINISTRATIVO / PIISOR-DCA - 03/05/2023 às 09:15:12 e OZERIO TADEU PEREIRA - Diretor Técnico III / PIISOR-DTIII - 03/05/2023 às 09:21:44.
Documento Nº: 72031863-105 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/publico/app/autenticar?n=72031863-105>